

Sistema Elétrico Brasileiro: TCU adverte sobre expansão sustentável e valor da tarifa

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) identificou oportunidades de ganho para a segurança energética nacional, com modificações na regulação e na fiscalização do sistema. Os principais questionamentos do tribunal estão na modicidade tarifária, no uso racional dos recursos e na necessidade do governo estabelecer diretrizes para o gás natural.

O TCU determinou ao ministério de Minas Energia (MME) que, em conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), verifique se iniciativas para a expansão do sistema estão trazendo menores custos, diversificação da matriz e se as usinas termelétricas têm capacidade para geração de energia em longo prazo. Nos últimos leilões de energia nova foi observada predominância de contratação de térmicas, especialmente movidas a óleo combustível, causada por falta de projetos de hidrelétricas e de segurança no fornecimento gás natural e por maior facilidade de licenciamento ambiental de termelétricas frente às hidrelétricas.

Segundo o ministro Augusto Sherman Cavalcanti, relator do processo, a maior facilidade de licença ambiental para termelétricas é uma questão contraditória. “Essa situação me parece incoerente. O Brasil dispõe de enorme potencial hidráulico a ser ainda aproveitado na geração de energia elétrica barata”.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) terá de apresentar ao TCU cronogramas de desenvolvimento de trabalho relativos aos estudos do custo do déficit de energia, à nova implementação da metodologia de planejamento e às ações para segurança do suprimento de gás para as termelétricas após o ano de 2011.

Segundo o ministro relator, a dificuldade se deve ao fato de as térmicas não operarem continuamente e nem ser possível prever com grande antecedência quanto gás será necessário para abastecer o sistema energético, o que faz com que a fornecedora Petrobrás disponibilize o produto para outros clientes.

O TCU também determinou à Empresa de Pesquisa Energética que apresente ações e cronogramas sobre a implantação de sistema informatizado, utilizado no processo de gestão e operação do setor elétrico brasileiro.

Na questão das mudanças climáticas, o TCU recomendou à EPE que avalie o aumento de vazões em bacias hidrográficas e analise a conveniência de novas pesquisas com objetivo de aproveitar as mudanças em benefício de repotencialização e modernização das usinas hidrelétricas.

